O ESTADO DE S.PAULO

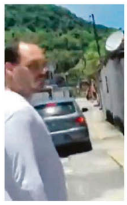
Publicado em 30/01/2024 - 06:00

Operação da PF mira núcleo político de 'Abin paralela' e Carlos Bolsonaro vira alvo

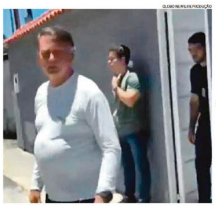
'Vigilância Aproximada'

Operação avança sobre núcleo político de 'Abin paralela' e Carlos Bolsonaro é alvo da PF

Agentes apreenderam celular e computadores do vereador e filho do ex-presidente, suspeito de ser destinatário de informações ilegais



Bolsonaro e Carlos em frente à casa da família em Angra dos Reis: buscas



DIVULGAÇÃO/REPRODUÇÃO

PEPITA ORTEGA
RAYSSA MOTTA
FABIO MAZZIO
SÃO PAULO
MATHEUS/ANDERSON GUERRA
RIO

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) foi alvo ontem de buscas na investigação que apura suspeita de uso indevido da estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Agentes da Polícia Federal cumpriram mandados no gabinete de Carlos, na Câmara Municipal do Rio, na residência dele, na Barra da Tijuca, zona oeste da cidade, e na casa de vereador de Bolsonaro, em Angra dos Reis, no litoral sul do Estado, onde Carlos passa as férias. Foram apreendidos um celular do vereador, além de notebook, computadores desktop e documentos.

A nova etapa do inquérito mira o "núcleo político" vinculado aos servidores da Abin sob suspeita. A PF busca identificar os "principais destinatários e beneficiários das informações produzidas ilegalmente". De acordo com os investigadores, no governo passado, foi instalado uma "Abin paralela" para monitorar pessoas consideradas adversárias de Bolsonaro e atuar por interesses políticos e pessoais do ex-presidente e de seus filhos.

A ofensiva de ontem foi um desdobramento da Operação Vigilância Aproximada, que, na semana passada, vasculhou endereços do ex-diretor da Abin Alexandre Ramagem. O hoje deputado pelo PL do Rio é suspeito de acobertar a espionagem durante sua gestão no comando da agência. Ele nega. Ramagem é pré-candidato a prefeitura do Rio este ano, com apoio da família Bolsonaro, e é próximo de Carlos.

MENSAGENS. Além do vereador, são citados na investigação uma assessora de Carlos na Câmara Municipal, Luciana Paula Garcia da Silva Almeida; uma assessora de Ramagem na Câmara dos Deputados, Priscila Pereira e Silva; e um militar do Exército cedido para a Abin, Giancarlo Gomes Rodrigues. Na casa de Rodrigues, em Salvador, foi apreendido um notebook da Abin. A mulher do militar é servidora da agência. Houve, ainda, diligências em Brasília e em Formosa (GO). Os mandados foram autorizados pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Foram mensagens de Luciana Almeida que, segundo a PF, colocaram Carlos no centro das investigações. A assessora do vereador pediu a uma auxiliar de Ramagem, na época diretor da Abin, informações sobre dois inquéritos de interesse da família Bolsonaro. "Estou precisando muito de uma ajuda", escreveu Luciana. Ela informa o número dos investigações e indica que elas envolveriam o "PR (presidente da República) e 3 filhos".

Para a PF, as mensagens reforçam a suspeita de que aliados de Bolsonaro tinham acesso à chefia da Abin e usavam o cargo para obter informações sigilosas e sobre "ações não totalmente esclarecidas". A conversa foi descoberta com a quebra dos sigilos telefônico e de mensagens de Ramagem.

PESCARIA. O advogado da família Bolsonaro, Fábio Wajngarten, afirmou nas redes sociais que o ex-presidente e os filhos não estavam na casa de Angra dos Reis quando os agentes da PF chegaram. Segundo Wajngarten, eles saíram para pescar se.gh. Além Carlos e do pai, estavam em Angra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Imagens registradas pelo GloboNews mostraram Bolsonaro e Carlos, por volta das 11h, em frente à casa, acompanhando a saída de policiais. O vereador não havia se manifestado até a noite de ontem.

LIVE. No domingo, Bolsonaro e os três filhos fizeram uma live sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Um dossiê com dados de inquéritos eleitorais em tramitação na PF no Rio teria sido impresso em fevereiro de 2020, ano de eleições municipais, por Ramagem. O documento foi mencionado pela PF ao pedir autorização do Supremo para deflagrar a nova fase ostensiva da investigação, desta vez com buscas em endereços de Carlos Bolsonaro.

A Operação Vigilância Aproximada é continuação da Operação Última Milha, que, em outubro de 2023, prendeu servidores da Abin suspeitos de usar o sistema FirstMile – de geolocalização de telefones celulares – para coerção.

> *"Estou precisando muito de uma ajuda (...) Inquéritos: 73.630 / 73.637 /Envolvendo PR e 3 filhos"*
> **Luciana Almeida**
> Assessora de Carlos Bolsonaro, em mensagem para a auxiliar do então diretor da Abin, Alexandre Ramagem

Pacheco pedirá nomes de parlamentares espionados

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem que encaminhará ofício ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a lista de nomes de deputados e senadores que possam ter sido monitorados clandestinamente pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), "dada a gravidade que um fato dessa natureza representa".

A pressão ocorre poucos dias depois de o senador protagonizar uma discussão com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que cobrou uma postura mais firme em relação a operações da PF contra parlamentares e chamou Pacheco de "frouxo". "Difícil manter diálogo com quem faz da política um exercício único para obter ganhos com o fundo eleitoral", reagiu o senador. ● DANIEL GUERRAZZI

Para lembrar

Operações que atingiram o vereador

● **Case Abin**
Carlos Bolsonaro é alvo de desdobramento da Operação Vigilância Aproximada, que identificou o uso indevido da Abin para monitorar críticos do governo Bolsonaro e favorecer filhos do ex-presidente

● **Gustavo Bebianno**
Em 2020, Gustavo Bebianno, ex-ministro de Bolsonaro, afirmou que Carlos tinha a intenção de criar uma "Abin paralela", e que seu pai estava ciente desse plano. "Um belo dia o Carlos me aparece com o nome de um delegado federal e três agentes, que seria uma Abin paralela", disse Bebianno no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em março daquele ano

● **'Milícias digitais'**
O vereador foi citado em mais de 40 ocasiões no inquérito dos atos antidemocráticos. A suspeita é de que bolsonaristas atuavam na divulgação de manifestações contra a democracia. A PF identificou um grupo de assessores do Planalto – conhecido como "gabinete do ódio" – que disseminava conteúdo difamatório contra adversários de Bolsonaro, e Carlos foi apontado como mentor da ala

● **'Rachadinha'**
O Ministério Público do Rio investiga Carlos por suspeita de que seu gabinete na Câmara Municipal teria operado, durante anos, um esquema de "rachadinha"

Bolsonaro defende filho e diz que família é vítima de 'perseguição claríssima'

RIO

Na véspera da operação da Polícia Federal que atingiu o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) negou o funcionamento de "Abin paralela" durante seu mandato. Em uma live no domingo, ao lado dos três filhos políticos, Bolsonaro afirmou que a investigação sobre espionagem ilegal de nomes críticos ao seu governo por meio da Agência Brasileira de Inteligência é uma "narrativa".

"Abin paralela porque o Bolsonaro admitia? Aquela tal da sessão secreta que o Supremo falou: 'Tem que divulgar'. Era uma reunião com ministros. Em dado momento, eu falei: 'Eu não tenho inteligência da Abin, da PF, da Marinha, da Aeronáutica'. Não chega nada para mim. Quando eu falei da minha inteligência paralela, quem é minha inteligência paralela? Está pegando fogo lá na Amazônia, eu ligo para o coronel Menezes: 'Menezes, como está essa questão de fogo?' O cara fala para mim", afirmou o ex-presidente na transmissão.

Em reunião ministerial no Planalto, em abril de 2020, Bolsonaro afirmou que mantinha um serviço próprio de informações e questionou o trabalho da Abin, da PF e dos centros de inteligência das Forças Armadas. "Sistemas de informações o meu, particular, funciona. Prefiro não ter informação do que ser desinformado por sistema de informações que eu tenho", disse na ocasião.

Eficiência
Em abril de 2020, o ex-presidente disse ter um sistema de informações 'particular', que 'funciona'

Ontem, à CNN Brasil, Bolsonaro voltou a afirmar que não recebeu qualquer informação ou relatório da Abin e falou em "perseguição claríssima" contra ele e os filhos. "Jamais meu filho pediria algo que não é legal para o Ramagem", disse, citando o ex-diretor da agência, deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). "Nunca busquei colher dados de quem quer que seja para me defender."

'GENÉRICO'. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) criticou a operação contra o irmão. Segundo ele, o mandado de busca e apreensão autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), é "genérico" e teve como objetivo atingir todos os integrantes da família Bolsonaro que estavam na casa de veraneio, em Angra dos Reis (RJ).

"Esse estado de coisas não pode permanecer, não pode uma ordem judicial ter uma ampliação dessa forma. Isso é ato ilegal, além de imoral", afirmou o parlamentar. A publicação foi compartilhada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Carlos Bolsonaro e os outros citados na investigação não haviam se manifestado até a noite de ontem. ● RAC

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.